



Setembro 2013

A PROTECÇÃO DA “FUGA DE CARBONO” PARA A INDÚSTRIA NA UE ENCONTRA-SE AMEAÇADA

Apelo urgente para salvaguardar a competitividade da indústria europeia

A Aliança de Indústrias de Energia Intensiva, representando mais de 30.000 empresas europeias e 4 milhões de postos de trabalho, está extremamente preocupada com a instabilidade no quadro regulamentar para a Ação Climática, criado por decisões recentes e as ambições de reforma da Comissão sobre o EU ETS (Comércio Europeu de Licenças de Emissão - CELE).

As Indústrias de Energia Intensiva apoiam o EU ETS (CELE) como um instrumento político para atingir o objetivo climático da UE. No entanto, desde o início da Fase III do EU ETS (Janeiro 2013), **estamos a ficar cada vez mais preocupados que a protecção contra a fuga de carbono se esteja a transformar numa promessa vazia.**

Uma decisão recente da Comissão reduziu inesperadamente em 12% a quantidade média de licenças gratuitas para o período 2013-2020. Em alguns sectores chave, mesmo para os que têm melhor desempenho, pode-se esperar uma escassez de cerca de 30% até 2020 devido à combinação do fator de correção, benchmarks ambiciosos e da base de produção histórica. Em cada ano, a atribuição gratuita diminui, em 18% em 2020 e ainda mais depois de 2020. Isto acontece exatamente no momento em que estão a ser debatidas as propostas de reformas de curto e de longo prazo, para aumentar os preços de carbono.

Para além disto, a Comissão também está prestes a tomar uma decisão sobre a lista dos sectores considerados expostos a risco de fuga de carbono para o período 2015-2019, o que terá um impacto crucial nas nossas indústrias. Mesmo para aqueles sectores que são considerados em risco, isso poderá ser apenas um alívio a curto prazo, uma vez que novas metas de reduções estão sendo debatidas para 2030 e não há até agora nenhuma protecção prevista contra o risco de fuga de carbono para depois de 2020.

A Indústria necessita de um quadro previsível para que possa tomar as decisões de longo prazo necessárias. No entanto, todos estes desenvolvimentos estão a afectar cumulativamente estas decisões de investimento no pior momento possível, quando a economia da UE luta para recuperar de uma crise económica dramática, e o desemprego (que atualmente atinge 26 milhões de pessoas) está a tornar-se um problema intratável. A política atual é um roteiro para a desindustrialização.

Por isso, apelamos aos decisores políticos para:

- Assegurem que as disposições contra a fuga de carbono são apropriadas e eficazes, mantendo as indústrias de energia intensiva na lista de setores em risco. A Comissão deve utilizar um preço do carbono futuro nos seus cálculos (ou seja, 30 € / t CO₂);
- Iniciarem uma ação legislativa que corrija o efeito nocivo do fator de correção para os sectores em risco de fuga de carbono e garantir que as licenças gratuitas irão cobrir plenamente as necessidades da maioria das instalações mais eficientes em risco de fuga de carbono, também a partir de 2020;
- Assegurem a compensação total para o repasse dos custos de CO₂ nos preços de electricidade para estes sectores;

Estas iniciativas iriam contribuir para um EU ETS consistente com o objetivo de promover uma indústria Europeia competitiva e evitar a fuga de carbono.

Apêndice

A fuga de carbono é a ameaça que fará com que os sectores da indústria que enfrentam uma concorrência global percam uma significativa quota de mercado para instalações fora da Comunidade, devido aos custos do carbono. Contra este risco, uma parte das licenças de emissão deveria ser alocada gratuitamente a estes sectores da indústria.

Como já referido, as indústrias de energia intensiva temem que as decisões recentes e as ambições de reforma da Comissão resultem numa erosão das medidas previstas na Directiva EU ETS (Directiva do Comércio Europeu de Licenças de Emissão - CELE) para proteger a indústria da fuga de carbono. Estas medidas e a forma como têm impacto na indústria são descritos em seguida:

- **Nove meses após o início da Fase III, as instalações abrangidas pela EU ETS ainda não sabem com certeza quantas licenças irão receber gratuitamente**, tornando-se portanto impossível que façam um bom planeamento, orçamento e gestão de carbono; o mesmo acontece em outras áreas da regulamentação Europeia.
- A recente decisão da Comissão sobre a **finalização das Medidas de Implementação Nacionais e o Fator de Correção Intersectorial** revelou que a ambição da UE ETS é tecnicamente inatingível, mesmo pelas instalações mais eficientes. A Indústria ficou chocada ao saber que, devido à aplicação do fator de correção, a sua atribuição gratuita de licenças de emissões de CO₂ será uniformemente reduzida até 5,7% em 2013 e, com uma erosão adicional a cada ano, criando um défice de 17,6% abaixo do benchmark em 2020. Como consequência, a indústria como um todo, terá de pagar milhares de milhões de euros para dar cumprimento à diretiva ETS ou terá de reduzir o nível das suas operações.

O processo gerido pela Comissão apresentou uma completa falta de transparência: a consulta interserviços foi realizada, através de procedimento escrito, durante o período de verão e as Indústrias de Energia Intensiva, embora tivessem solicitado esclarecimentos já desde 2011, não foram informadas sobre o progresso no processo de decisão. A Comissão não partilhou detalhes sobre os dados que permitiriam à indústria replicar os cálculos do fator de correção Intersectorial, como determinado pela Comissão.

Com tal fator de correção, mesmo que as regras atuais para a atribuição de licenças gratuitas sejam mantidas depois de 2020, a indústria recebe cada vez menos licenças anualmente. Uma alteração legislativa ao fator linear do ETS, especialmente o que for aplicável ao tecto da indústria, é urgentemente necessária de forma a evitar a fuga de carbono.

- A Directiva EU ETS (CELE) prevê que uma **lista revista de setores em risco de fuga de carbono** deverá ser aplicável a partir de 2015. Esta lista deve ser estabelecida nos próximos meses e, neste momento, as indústrias ainda não sabem qual será a base para a revisão e se irão receber proteção contra fuga de carbono após o próximo ano. As Indústrias de Energia intensiva precisam de ser informadas sobre a metodologia a

ser utilizada pela Comissão para essa reavaliação, o mais rapidamente possível. Enquanto a interpretação jurídica da Directiva EU ETS (CELE) não deixa dúvida de que € 30 por EUA (European Unit Allowance) necessita de ser usado para a avaliação, a Comissão continua a deixar uma margem de incerteza sobre esta questão. Acreditamos que a Comissão deve seguir a mesma metodologia usada para a lista de fuga de carbono 2013-2014. O processo deve ser transparente: a Comissão deverá manter estreito contacto com os diversos setores envolvidos, informá-los sobre as suas avaliações preliminares e ser informada sobre as consequências para cada indústria, antes de serem tornadas públicas. Além disso, a Directiva ETS (Art. 10-A (13)) prevê que a Comissão deva apresentar a avaliação da lista de fuga de carbono ao Conselho Europeu, para discussão, antes que a avaliação decorra.

- Por último, mas não menos importante, as discussões políticas em curso sobre uma possível **intervenção durante a atual fase do EU ETS, a maioria deles com a intenção declarada de condicionar os preços ETS** estão a colocar as Indústrias de Energia intensiva e o mercado dos EUA numa posição de vulnerabilidade. Embora a Fase III tenha acabado de começar, as regras do jogo podem ser alteradas já nos próximos meses. As Indústrias de Energia intensiva poderão ter de lidar com preços de carbono artificialmente inflacionados e níveis de atribuição de licenças gratuitas significativamente mais baixos do que o esperado.

O resultado incerto das negociações climáticas internacionais de 2015 coloca uma variável desconhecida adicional nesta já complicada equação. Até agora, nenhum dos atuais e propostos esquemas de comércio de emissões em países terceiros pode ser comparado ao EU ETS (CELE). O primeiro elo de ligação inter-continental total entre a UE e a Austrália, que deveria ser concluído em 2018 pode não se vir a concretizar, pois o recém-eleito governo australiano pretende agora alterar ou até mesmo dismantelar o seu regime interno.